



GRUPO PARLAMENTAR DO PAICV

Excelências,

Senhor Presidente da Assembleia Nacional

Senhor Primeiro-Ministro

Senhores membros do Governo

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados

Cabo-Verdianas e cabo-verdianos, no país e na diáspora!

O estado da Nação, em 2022, é crítico.

Desde logo, porque estamos a viver um contexto que empurra as pessoas para níveis extremos de sacrifícios.

A recessão económica de 2020, mas também as políticas desajustadas deste Governo, inverteram a caminhada de sucessos para a redução da pobreza em Cabo Verde, que vinhas sendo imprimida e que mereceu a avaliação do País como campeão da luta contra a pobreza nos anos precedentes.

A situação agravou-se claramente e colocou milhares de cabo-verdianos na pobreza temporária.

O número de empregados em Cabo Verde caiu de 209 mil, em 2016, para 186.627 empregados, em 2020. Ou seja, a Nação registou uma perda de mais 20 mil empregos, em quatro anos.

Os inativos aumentaram de 140 mil para mais de 193 mil, ou seja, mais 53 mil pessoas engrossaram a já longa lista dos desanimados.

Estima-se em 74.630 o número de jovens que estão fora da educação, do emprego ou da formação (NEET).

O número de pobres em Cabo Verde atinge os 186 mil, sendo que 115 mil estão a viver em situação de pobreza extrema.



GRUPO PARLAMENTAR DO PAICV

Cerca de 181 mil cabo-verdianos estão afetados pelas crises de alimentos e de nutrição em Cabo Verde e vivem em situação de insegurança alimentar.

O número de barracas aumentou em Cabo Verde, pois há um elevado défice habitacional no país.

Diante desta realidade, o Governo, que dá sinais de ser insensível aos problemas do deficit habitacional, resiste ainda à distribuição de todas as casas construídas no âmbito do programa Casa para Todos, que continuam de portas fechadas um pouco por todo o País.

A situação que Cabo Verde está a atravessar tem, inegavelmente, a contribuição da chamada tripla crise.

Porém, olhando para o todo Nacional, de Norte ao Sul do país, de Santo Antão à Brava, temos de dizer que o Governo em funções tem, também, a sua quota parte de responsabilidade diante das dificuldades que o país e os cabo-verdianos atravessam presentemente, gerando uma quarta dimensão da crise, que podemos designar de crise de governação.

Olhemos para o aumento exponencial da dívida pública de Cabo Verde, que atinge 184% do PIB em 2021, e do stock da dívida pública do País, que atingiu o valor histórico de cerca de 294 milhões de contos.

Acresce-se a isso, o aumento dos passivos contingentes, que já atingiu a cifra dos 37, 5 milhões contos, por causa do uso abusivo de garantias do Estado por parte deste Governo, fazendo disparar a dívida total do país para cerca de 331,5 milhões de contos, ou seja, quase o dobro da Produção Interna Bruta.

A escalada do endividamento público, que expõe toda a sociedade cabo-verdiana, particularmente as próximas gerações, diante do perigo e das consequências de insustentabilidade da dívida já vinha, portanto, de 2016 e não pode ser imputada apenas aos efeitos da crise.

Na Educação, a qualidade do ensino está a deteriorar-se de forma preocupante. É inaceitável que, da avaliação feita a alunos do 2.º e 6.º anos nas disciplinas de Português



GRUPO PARLAMENTAR DO PAICV

e Matemática, só 9,1% conseguiu atingir os objetivos da avaliação e que apenas 6 em cada 10 alunos revelou ser capaz de responder às questões colocadas.

É diante deste quadro sombrio que o Governo, embalado pelo slogan propagandístico “Não deixar ninguém para trás” decide forçar a passagem de alunos impreparados, não se dando conta que, agindo assim num setor tão estratégico como a Educação, está a relegar para trás uma geração inteira e, em consequência, todo este país e todos nós.

Nos transportes, a Nação continua impávida e serena a ver até onde vai a capacidade do Governo de inventar desculpas, na vã tentativa de fintar a grave crise de conectividade entre as ilhas, e entre estas com o mundo, que a Nação vive.

Os cabo-verdianos sabem que, no setor dos transportes, o Governo tomou uma série de decisões erradas e fez um conjunto de negócios absolutamente obscuros, leoninos e, portanto, lesivos do interesse público Nacional.

Os resultados estão à vista!

O transporte marítimo entre as ilhas piorou substancialmente. O serviço, além de deficitário, continua a ser irregular, imprevisível e prestado com total desrespeito pelos cabo-verdianos e pelos utentes, de uma forma geral.

Entretanto, Governo continua, como se nada estivesse a acontecer a orçamentar valores astronómicos para compensar a Concessionária pelos prejuízos da exploração, sendo que só para o ano 2022 orçamentou um montante superior a 350 mil contos para indemnizações compensatórias á CV Inter-ilhas.

Nos transportes aéreos, a privatização, por ajuste direto, feita pelo Governo redundava simples e designadamente em mais de 7 milhões e 450 mil contos em avales concedidos pelo Estado à empresa, que constituem, agora, dívida pública a ser paga por todos os cabo-verdianos; um déficit nas contas da empresa de mais de 16 milhões de contos, entre 2017 e 2019, resultante da decisão do Governo de contratualizar a Assistência Técnica da Icelandair, seu parceiro de negócio, agravando ainda mais a situação financeira da TACV.



GRUPO PARLAMENTAR DO PAICV

E é preciso recordar que, com o acordo assinado pelo Governo com o seu parceiro islandês, o custo do leasing dos aviões triplicou, a nossa indústria aeronáutica foi desmantelada.

Hoje, as coisas quedam-se cristalinas: viajar entre as ilhas e a diáspora tornou-se um ato penoso, imprevisível e insustentável para o bolso da maioria dos cabo-verdianos.

Portanto, também aqui, a crise não pode servir de desculpas pelos avultados recursos despendidos, sem quaisquer resultados para Cabo Verde e para os cabo-verdianos.

Como se não bastasse, o ano de 2022 fica marcado pela privatização, uma vez mais por ajuste direto, de todos os aeroportos e aeródromos do país. Importa, porém, os cabo-verdianos terem presente que, cerca de 86% dos mais de 4300 aeroportos existentes no mundo foram construídos e são geridos pelo sector público, devendo-se sinalar que, em 2018, a Associação Internacional dos Transportes Aéreos -IATA- alertou os Estados sobre os cuidados a ter com a privatização dos aeroportos, tendo em conta estudos que revelaram que as privatizações encareceram os serviços aos consumidores, elevaram custos às companhias aéreas e não trouxeram ganhos de eficiência substanciais.

Para o GPAICV, a privatização dos aeroportos deveria ser feita por concurso público. O prazo da Concessão deveria ser mais curto. O processo de privatização deveria ser conduzido com mais transparência, particularmente no que diz à forma de gestão, ao modelo regulatório, aos bens a serem concessionados, ao pacote de investimentos obrigatórios e às cláusulas de resgate, conforme, de resto, dita a defesa dos superiores interesses da Nação e dos cabo-verdianos.

No domínio da segurança, o Governo ficou pelos compromissos megalómanos, insustentáveis e eleitoralistas feitas pelo Primeiro-Ministro. Os níveis de criminalidade estão muito acima do socialmente tolerável e o medo das populações de circularem, até nas ruas dos seus próprios bairros de residência, alastra-se à vista de todos.

Esses dados são confirmados pela própria Polícia Nacional, segundo a qual, em Cabo Verde, a criminalidade aumentou 23% em 2021. São dados absolutamente preocupantes, sobretudo pela possibilidade real desse aumento ser ainda muito maior, por um lado, e,



GRUPO PARLAMENTAR DO PAICV

por outro lado, por aquilo que temos presenciado ao longo desta primeira metade do ano 2022.

O número de efetivos e de equipamentos na Polícia Nacional continua insuficiente, sendo ainda reportadas situações de impossibilidade de comparência da polícia quando contactada pelo 132, por falta de agentes ou viatura disponível e às vezes até por dificuldades em entrar em determinados bairros, a partir de determinado período da noite.

O tão propalado “Programa Cidade Segura” não apresentou qualquer reforma que a área da segurança pública tem vindo a exigir. O sistema de videovigilância, instalado na Cidade da Praia e em outras cidades do país, não surtiu os efeitos esperados diante das expectativas criadas nas comunidades, pois, à luz do dia, as pessoas vêm sendo assaltadas, frequentemente.

Este falhanço não pode, também, ser justificado com a crise. O que estamos aqui a assistir é simplesmente a incapacidade do Governo na implementação da legislação e planos existentes.

Na agricultura, a promessa de um mercado agrícola com aumento da produção e inovação não passou do papel, continuando os agricultores abandonados à sua sorte. A produção agrícola caiu 37% em 2019 e onze mil empregos foram destruídos no mundo rural, tudo isto quando o Governo tem disponível uma linha de crédito no valor de 35 milhões de euros para projetos que beneficiem agricultores das zonas áridas, especialmente nas ilhas da Boavista, Maio, Santiago, S. Vicente e Santo Antão.

Este Governo olha para a agricultura como um passivo e um custo, pouco se importando com o número de empregos que o setor gera, particularmente no mundo rural, e a sua importância para a redução da insegurança alimentar que apoquentas as camadas mais desfavorecidas deste país.

Quisesse o Governo olhar para o País, o Governo otimizaria o potencial das barragens, criaria créditos para os empresários agrícolas, não apenas em situações de emergência, promoveria os transportes, aéreos e marítimos, para todas as ilhas e estimularia os mercados, com especial atenção para o sector do turismo.



GRUPO PARLAMENTAR DO PAICV

A liberdade de Imprensa é um dos principais instrumentos para se medir a vitalidade da Democracia de um País. Cabo Verde fez um percurso notável na construção das bases para a implantação de uma imprensa plenamente livre nestas ilhas, tendo chegado a posicionar-se entre os 10 países com melhor liberdade de imprensa, na avaliação dos Repórteres Sem Fronteiras.

Uma democracia, tal qual Cabo Verde precisa edificar, cultiva a transparência, valoriza a prestação de contas, fundamenta-se no rigor da gestão da coisa pública, defende os bens coletivos e promove a boa governação e o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

O estado da Nação é, para nós, de grande incerteza e privação, em virtude do declínio da oferta de alimentos e do aumento generalizado dos preços de bens e serviços, impostos em grande medida pela crise.

O estado da Nação é, também, de incerteza e privação, em virtude das políticas de intolerância, de partidarização, de opacidade, da dívida e do défice adotadas pelo Governo.

A Nação tem um governo gordo, ineficaz, ineficiente e sorvedouro de recursos públicos.

Um Governo de promessas e compromissos falhados.

Parece que Temos um Governo especializado em feiras e fóruns, mas incapaz de produzir resultados.

Um Governo de mãos largas para uns, mas que se escuda na crise para não dispensar o auxílio suficiente aos mais carenciados.

Porém, o país precisa de um consenso quanto à natureza do desafio atual e quanto aos compromissos a serem assumidos para o enfrentar. Para tanto, tem que ser envolvido no processo de identificação, formulação, implementação e acompanhamento das medidas tomadas, de modo a evitar-se o contínuo desperdício de recursos públicos.

O pluralismo político e a disputa de grupos com posições antagónicas em matéria política, económica, social e cultural constituem o sal da democracia. Porém, isso não impede que em questões determinantes para o futuro do país, como as alterações climáticas, a



GRUPO PARLAMENTAR DO PAICV

economia verde, a economia azul, a transição energética, as relações externas, a defesa e segurança, haja um consenso alargado entre o Governo, os partidos políticos e a sociedade civil para aumentarem a resiliência do país.

O Grupo Parlamentar do PAICV manifesta-se totalmente disponível para o diálogo franco no sentido de aproximar abordagens, abrir caminho ao diálogo e à cooperação para descobrir saídas para as matérias mais urgentes que importa atender, nesta encruzilhada pejada de ameaças para o futuro de todos os filhos destas ilhas.

Por isso, para nós, e seguramente para a maioria dos cabo-verdianos, para além das crises da seca, da pandemia e da guerra, a Nação vive, igualmente, uma crise de governação, que temos de superar com a maior brevidade possível.

MUITO OBRIGADO

Assembleia Nacional, 29 de julho de 2022

O Presidente do Grupo Parlamentar do PAICV

/João Baptista Correia Pereira/